

Bases de apoio familiares e comunitárias como estratégia de enfrentamento à violência

Magda Dimenstein
Emanoel Batista de Lima
Andreína Moura
Monique Brito
Rayanne Cardoso
Vanessa Medeiros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

RESUMO

Objetivamos mapear bases de apoio familiares e comunitárias para adolescentes e jovens em Natal. Aplicamos um questionário em 157 sujeitos de 13 a 24 anos, estudantes de escolas públicas. Constatamos que a violência, inclusive a doméstica, faz parte do cotidiano desses jovens: dos 157 estudantes, 124 já sofreram algum dano, seja ele físico ou moral. Aproximadamente 30% não buscaram qualquer tipo de ajuda. São escassos os espaços de lazer e programas para jovens, visto que apenas 50% deles conhecem algum grupo ou pessoa que desenvolve atividades culturais, esportivas ou de lazer na comunidade. Observamos que os sujeitos recorrem com mais frequência às bases de apoio informais indicando que as bases formais não se configuram como dispositivos de suporte social. A busca das bases informais aponta que as relações estabelecidas informalmente no espaço da rua têm mais ressonância, configurando-se como um lugar importante no qual há troca de valores e de afetos.

Palavras-chaves: Bases de apoio; crianças; adolescentes; jovens; violência.

ABSTRACT

Family and community support as a strategy to fight off violence

We mapped the familiar and communitarian support bases for adolescents and young adults in Natal/RN. In order to accomplish that we applied a questionnaire to 157 students from public schools (aged 13 to 14) and observed the violence (including the domestic one) is a constant part of their daily routine: among all students interviewed, 124 have already suffered some kind of physical or moral damage. Approximately 30% of them never searched for any sort of help. The leisure opportunities and social programs for adolescents and young adults are quite scarce, for only 50% of them know some group or person who develop cultural, leisure or sport activities within the community. We observed the subjects more frequently search for help in informal social support bases, which demonstrates the formal ones are not considered to be sources of social support. The search for help in informal bases indicates the relations informally established on the streets have greater impact and, hence, those bases consist of an indispensable place in which there is great exchange of values and affection.

Key words: Social supports; children; teenagers; young adults; violence.

INTRODUÇÃO

Nos últimos vinte anos a temática da violência tem sido bastante debatida na sociedade brasileira, tanto no meio acadêmico, quanto na mídia e pelas pessoas de uma forma geral. Em praticamente todos os campos do conhecimento encontramos vários estudos, seja no campo das ciências humanas e sociais, seja no campo das biociências, voltados a essa temática. Essas pesquisas e estudos têm demonstrado que o fenômeno da

violência na contemporaneidade é complexo e se apresenta de forma multifacetada (Zaluar, 2000). Polissêmica, amplitude, multicausalidade e heterogeneidade são características que estão presentes na conceitualização da violência. Sua complexidade exige uma perspectiva que inclua em sua análise uma abordagem sob diferentes óticas. Suas manifestações envolvem o público e o privado, apresentam-se de forma sutil nas relações entre as pessoas, sejam as

que envolvem gênero, trabalho, gerações, família, escola, etc.

Desta forma, estudiosos do campo apontam que as discussões sobre o fenômeno da violência devem incluir o reconhecimento de que a fixação em uma só noção para se compreendê-la pode produzir visões distorcidas e fragmentadas, isto é, devem evitar o tratamento da questão como uma entidade única – A Violência – a qual subtrai os contextos socio-históricos nos quais diferentes violências acontecem (Novo, 1996). Para a sua compreensão, deve-se, portanto, assumir uma postura que incorpore a interação dos vetores de ordem sócio-histórica e subjetiva e que esteja atenta aos perigos da unicausalidade do âmbito biológico e de determinações macro ou microsocial, ou seja, determinações de cunho político ou econômico (Minayo, 2003). Dessa forma, concordamos com os autores que ressaltam que a violência, por sua natureza complexa, tem articulação direta com as desigualdades sociais que atingem maior parte da população mundial, com os efeitos excludentes das políticas neoliberais, da globalização da sociedade e internacionalização do crime, e efeitos de mídia, mas também com outros aspectos, trazidos dessa vez por Fraga (2002), referente a um padrão de sociabilidade que permeia toda a sociedade contemporânea, especialmente a juventude, vista aqui enquanto vitrine dos conflitos sociais. Tal forma de sociabilidade é marcada pela violência, a qual modela e afirma determinados processos subjetivos. Para esse autor, trata-se da “continuidade da sobrevivência pela violência” (p. 49), discussão ampliada por Diógenes (1999) que ressalta que tal padrão de sociabilidade, essa “marca” está ancorada em três eixos, a saber: individualismo e intolerância à diversidade; disposição subjetiva favorável à violência e busca de reconhecimento pela violência.

Neste trabalho, violência está sendo entendida como um fenômeno cultural que permeia as relações sociais, cujos sentidos assumem matizes diferenciados ao longo da história. Trata-se de um dispositivo de poder que supõe uso da força e da coerção, podendo causar algum tipo de dano, individual ou social. Com base em Tavares dos Santos (2002), a violência

(...) envolve uma polivalente gama de dimensões, materiais, corporais e simbólicas (...) e sua prática vai se inserir em uma rede de dominações de vários tipos – classe, gênero, etnia, etária, por categoria social, ou a violência simbólica – que resultam na fabricação de uma teia de exclusões, possivelmente sobrepostas (p. 23).

A OMS (2002), em relatório sobre violência e saúde, afirma que a violência é considerada um problema de saúde pública em nível mundial, sendo a violência

juvenil um dos seus aspectos mais crescentes. Muitas pesquisas nesse campo demonstram que nas duas últimas décadas os índices de violência têm atingido cifras alarmantes no Brasil. Elas têm demonstrado que a população jovem é a que tem mais se envolvido em episódios violentos, não só como vítimas, mas também como perpetradores da violência. A mortalidade por causa externa (homicídios, acidentais e intencionais), segundo a classificação internacional das doenças – CID 10, cresceu cerca de 50% entre o fim dos anos 70 e meados dos anos 90. As causas externas foram responsáveis por 66,2% dos óbitos dos jovens entre 15 e 24 anos em 1995. Para essa população, a proporção de homicídios foi de 40,2%, representando 29,4% das mortes em geral, configurando-se como a principal causa (Mello Jorge, 1998). Em Natal, no ano de 2000, a situação não é muito diferente: das 641 mortes por causas externas em toda a população natalense, 156 acometeram jovens entre 15 e 24 anos; as causas externas representaram 58,86% das mortes entre jovens da mesma faixa etária e 91% das mortes, nesta mesma faixa etária, foram sofridas pela população masculina.

Têm-se discutido muito em nossa sociedade formas de enfrentamento da violência. No Brasil, as políticas sociais e os programas destinados à população infanto-juvenil em situação de pobreza normalmente priorizam seus problemas, fracassos e deficiências e, com frequência, atingem crianças e adolescentes quando já se encontram em situação de difícil reversão. Na década de 90, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, surgiram propostas que objetivavam transformar os modelos caracterizados pela centralidade das ações, assistencialismo e repressão. Tais propostas estão ancoradas na concepção de que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos que necessitam de cuidados e oportunidades para o seu pleno desenvolvimento. Nessa mesma década, começaram a florescer pesquisas no mundo inteiro sobre bases de apoio familiares e comunitárias e seu papel no desenvolvimento das capacidades física, cognitiva, social e afetiva de jovens e crianças. No Brasil, os estudos pioneiros foram realizados em 1999 pela CESPI na Universidade de Santa Úrsula no Rio de Janeiro – RJ. Atualmente, conhecido como Projeto *Bases de Apoio*, é coordenado pela CIESPI/PUC (Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância – Pontifícia Universidade Católica/RJ) e tem realizado um trabalho de pesquisa-ação que se organiza dentro dos moldes supracitados, procurando desenvolver nas comunidades carentes de diversas regiões do Brasil, ações que priorizem o pleno desenvolvimento da criança, a partir do fortalecimento de suas bases de apoio.

Os estudos sobre bases de apoio se iniciaram nos Estados Unidos. Os contextos mundial e acadêmico,

que se configuraram a partir da segunda metade do século XX, propiciaram o surgimento de bases de apoio e, conseqüentemente, começaram a florescer pesquisas sobre o assunto. De acordo com Costello, Pickens e Fenton (2001), crianças e adolescentes necessitam de elos consistentes com o mundo físico e de interações fortes com outras crianças e adultos para poderem desenvolver a capacidade de vitalidade física, aprendendo como utilizar seu corpo e como controlá-lo. Para tal, a criança precisa de proteção e cuidados para explorar o mundo e internalizá-lo de forma saudável. Segundo tais autores, a criança para desenvolver sua capacidade para relacionamentos, vale-se dos relacionamentos que tem com as pessoas dela encarregada, que, através de interações seguras, contribuirão para a expansão dos relacionamentos para círculos sociais mais amplos. "(...) o desenvolvimento cognitivo e social também depende do nível de segurança, estímulo e intimidade das pessoas encarregadas das crianças" (p. 16). Redes sociais informais são vitais para o desenvolvimento infantil. Necessário, para tal, faz-se a amplificação de relacionamentos sociais, incluindo um contato com demais parentes e inter-relações comunitárias. Esta amplificação pode ser realizada, também, através de bases de apoio comunitárias organizadas, tais como creches, centros sociais, grupos religiosos, grupos de jovens. Organizações formais de apoio podem dar às crianças e adolescentes oportunidades de desenvolvimento a partir de atividades que seus pais cerceiam ou não possam proporcionar, estimulando, assim, a criatividade do indivíduo.

Costello, Pickens e Fenton (2001) ainda afirmam que o desenvolvimento das capacidades física, cognitiva, social (relacionamentos) e de autonomia dependem das oportunidades de lidar com o mundo físico e social. O contato com crianças mais velhas, adultos de suas famílias e redes sociais informais proporciona às crianças uma melhor apreensão do mundo, de forma a achar soluções para os problemas emergentes, construindo de maneira autônoma seus objetivos.

Com a cristalização do modo de trabalho do capitalismo industrial nos Estados Unidos e no Ocidente, na metade do século XX, a dinâmica de vida da família nuclear começou a passar por mudanças. Em busca de recursos financeiros, as famílias mudam de comunidades com maior frequência. Nas metrópoles, as famílias desenvolveram insegurança em relação aos relacionamentos dos filhos, dificultando as interações sociais. A mulher também passou a assumir um lugar no mercado de trabalho, diminuindo o apoio informal aos filhos e inviabilizando o contato destes com crianças de outras famílias. Com a diminuição do número de membros nas famílias, poucos parentes podiam au-

xiliar na criação das crianças, tais como, tias, irmãs, primas. Nas comunidades populares, o incremento da pobreza faz com que os pais não tenham também condições financeiras para proporcionar um desenvolvimento integral. Logo, temos um contexto propício para o surgimento e a expansão das bases de apoio formal, como, por exemplo, agremiações religiosas, grupos estudantis, creches, escolas de tempo integral, organizações não governamentais de suporte físico e mental para crianças e adolescentes, grupos de escoteiros. Tais bases surgiram para ajudar os pais na tarefa de criar seus filhos: para assegurar o crescimento dos filhos de pais que têm que cumprir uma longa jornada de trabalho nas comunidades abastadas e nas comunidades carentes, para criar oportunidades de desenvolvimento físico e socioeconômico.

Bases de apoio referem-se, pois, aos relacionamentos das crianças em todas as áreas. Inter-relações afetivas com pais, parentes e demais integrantes da comunidade, sustentadas por laços afetuosos e de solidariedade. Elos comunitários com organizações que lhe propiciem o desabrochar de suas potencialidades cognitiva, emocional, social, cultural, vocacional, incrementando o desenvolvimento da criatividade com vistas ao alcance da autonomia (Rizzini, Barker e Cassaniga, 2000; Zamora e Silva, 2002). São os recursos familiares ou comunitários, que podem ser formais (creches, associações de moradores, Ong's, grupo de jovens, instituições religiosas, escolas) e informais (ligações afetivas, envolvendo família, demais parentes e amigos), fundamentais para respaldar o desenvolvimento integral da criança (Rizzini, Barker, 2001). Segundo Zamora (2001), as bases de apoio são "recursos individuais, institucionais, relacionais, sejam formais ou informais, que ajudam os pais na tarefa de educar, proteger, e cuidar das crianças e adolescentes" (p. 109).

O projeto Bases de Apoio, desenvolvido pela CIESPI-PUC, revela uma atitude que busca mudar a ótica no atendimento à infância e à adolescência, abandonando o enfoque na criança-problema, representado na visão de 'menor', e adotando uma forma de se englobar todas as crianças, de forma a criar oportunidades para o desenvolvimento integral de todas. O objetivo deste projeto é desenvolver, conjuntamente com as comunidades, ações que viabilizem a criação de circunstâncias favoráveis para o desenvolvimento das potencialidades, procurando desconstruir a visão de criança como risco para elas mesmas e para a sociedade (Rizzini, 1995), bem como o abandono do paradigma que postula a ligação direta entre crime-pobreza (Passetti, 1996). Esta perspectiva almeja quebrar o ciclo de pobreza, envolver a comunidade na busca de soluções para seus problemas e criar redes de solidariedade e sustentabilidade.

Assim, partimos do pressuposto de que os elos estabelecidos entre crianças/adolescentes e sua família e comunidade são vitais e devem ser levados em conta na elaboração de políticas e programas sociais. Neste sentido, pensamos que o conhecimento e o fortalecimento das bases de apoio comunitárias e familiares podem funcionar como estratégia política de enfrentamento à violência. Desta forma, definimos nosso objetivo principal de trabalho, que consiste no mapeamento das bases de apoio familiares e comunitárias para adolescentes e jovens na Zona Oeste de Natal, especificamente no bairro de Bom Pastor.

Escolhemos esta região por se configurar como área carente da capital e apresentar graves indicadores sociais: Maior índice de mortalidade infantil da cidade (21,42%); maior índice de gravidez precoce e maior incidência de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS. De acordo com informações colhidas pelo IBGE (1996), aproximadamente, 30% dos chefes de família são analfabetos e 16,86% têm somente de um a três anos de estudo; 57,75% destas famílias têm renda de até dois salários-mínimos. Na sua grande maioria são trabalhadores informais, desenvolvendo suas atividades sem amparo legal. Além disto, segundo pesquisa realizada pelo Centro de Direitos Humanos e Memória Popular, a partir de matérias de jornais locais, a Zona Oeste apresenta o maior índice de homicídios. Silva (1997) aponta um nível bastante alto de transgressões cometidas pela população jovem. A violência atinge a população jovem da Zona Oeste em forma de abusos sexuais, abandono, tráfico/consumo de drogas e exploração do trabalho infantil.

PERCURSO METODOLÓGICO: PROCEDIMENTOS, PARTICIPANTES E INSTRUMENTO

Esta pesquisa está organizada em duas etapas. A primeira delas consiste na aplicação dos questionários com adolescentes e jovens estudantes da Escola Estadual Jean Mermoz, nos turnos vespertino e noturno. A segunda etapa consistirá na realização de entrevistas com parte dos participantes da primeira etapa. Ambas ainda estão em andamento. A etapa aqui descrita diz respeito à pesquisa de campo no turno vespertino. Escolhemos este estabelecimento por ser a única escola no bairro que oferece ensino médio (antigo segundo grau) e supletivo para estudantes com defasagem escolar. Desta forma, tivemos acesso à população na faixa etária alvo desse estudo. Os sujeitos de pesquisa foram estudantes de 13 a 24 anos desta escola que estão cursando o ensino fundamental II (5ª a 8ª séries), o ensino médio e o supletivo (EJA). A decisão de estender a faixa etária até 24 anos está ancorada na literatu-

ra sobre violência no Brasil, a qual tem demonstrado que os jovens de 15 a 24 anos compõem a população que mais tem sofrido com a violência, tanto como vítimas quanto como perpetradores.

Aplicamos o mesmo questionário utilizado pelo projeto bases de apoio no Rio de Janeiro, na comunidade de Bangu, com adolescentes e jovens, com a proposta de mapear as bases comunitárias e familiares de apoio existentes, sejam formais e informais, bem como conhecer seu funcionamento e a avaliação que essa população faz a seu respeito. Entretanto, o instrumento original sofreu algumas alterações no sentido de adaptar à nossa realidade, ficando composto por 189 itens. O instrumento está sendo aplicado em sala de aula e é auto-aplicável, com o apoio do pesquisador. Os dados dos questionários estão sendo inseridos no programa estatístico de informática *Statistica/Win*.

RESULTADOS

Por se tratar de uma pesquisa ampla e em andamento, neste trabalho vamos focalizar apenas em alguns aspectos ou partes do questionário, a saber: perfil dos participantes, lazer e esportes, dificuldades enfrentadas e violência. Com isso, pretendemos apresentar como se configuram as bases de apoio formal e informal existentes na área em relação aos aspectos acima informados.

1. Perfil dos participantes

Foram aplicados 157 questionários distribuídos da seguinte forma: 45 na 5ª Série, 38 na 6ª série, 28 na 7ª série, 22 na 8ª série e 24 no 1º ano do ensino médio, no turno vespertino, perfazendo um total de 52,69% de alunos deste turno na faixa etária de 13 a 24 anos. Dos participantes, 93 possuem até 14 anos e 64 de 15 a 19 anos, sendo 50% do sexo masculino e 50% do sexo feminino. A maioria dos participantes reside no bairro Bom Pastor (72,61%). Quanto à raça, 37,58% declarou ser da raça branca, 27,38% da raça negra e 22,3% pertencer à raça parda. No que diz respeito ao estado civil, 89,82% são solteiros, 1,27% são casados, 3,18% estão em união consensual e 5,73 não responderam.

A maior parte desses jovens, 55,41%, nunca exerceu qualquer atividade remunerada; 15,28% deles estão trabalhando atualmente e 22,29% já o fizeram em outro momento. A maior parte trabalha informalmente, concentrando-se no setor terciário, especificamente no comércio (56,66%). Este dado é relevante, pois o trabalho de jovens no mercado informal é mais frequente em comunidades de baixa renda como a de Bom Pastor, refletindo ainda a situação geral dos trabalhadores do país. Quase a totalidade dos participantes, 91,74%, realiza ou já realizou algum tipo de traba-

lho doméstico. As tarefas mais citadas são: limpar a casa (68,15%), fazer compras (47,13%) e cozinhar (38,21%). Destacamos que 83,12% dos adolescentes do sexo feminino e 66,23% do sexo masculino realizam tarefas domésticas.

As famílias são compostas, em sua maioria, por 4 a 6 membros (59,24%), sendo formadas por pai, mãe e irmãos. É importante destacar que 21,02% são chefiadas apenas por mulheres. A renda dessas famílias se configura da seguinte maneira: 31,84% ganham até um salário mínimo; 28,2% mais de um a dois salários mínimos; 18,47% mais de dois a quatro; 10,19% mais de quatro salários mínimos e 11,45% não souberam responder. Quanto à moradia, 80,89% moram em casa própria e 12,73% em casa alugada. Estes dados indicam que as famílias de Bom Pastor lidam cotidianamente com a pobreza. São numerosas, de maioria negra/parda, com baixa renda e sofrem problemas financeiros. Compõem um quadro típico de família que vive nas periferias das cidades brasileiras.

2. Lazer e esportes

Dos participantes, 63,05% praticam esportes. Os mais praticados pelos adolescentes foram futebol (65,3%) e vôlei (21,4%). Entre os que praticam, 51% fazem parte de algum clube ou grupo organizado, sendo que 60% destes estão localizados na própria comunidade. De forma geral, independentemente de fazerem parte ou não de um grupo organizado, 67,7% dos que praticam esportes o fazem na própria comunidade. Estas atividades, em sua maioria, são realizadas na escola, coordenadas pelos seus funcionários ou por pessoas do bairro que desenvolvem projetos por iniciativa própria e/ou com o apoio do colégio, como é o caso também da capoeira e da dança. Esses dados mostram que a prática de esportes apresenta-se como uma atividade importante no contexto local, podendo ser pensada como uma base de apoio informal.

Com relação ao lazer, as atividades mais citadas pelos participantes foram passeios organizados (73,8%) e gincanas (58,59%). Quando estão fora da escola os adolescentes costumam, com maior frequência, conversar com os amigos (64,9%) e/ou ouvir música (57,9%). Para se divertir, a maioria assiste televisão (75,8%) e/ou conversa com os amigos (61,7%). Além disso, 69,4% dos jovens já participaram de atividades coletivas, entre as quais as mais citadas foram grupos religiosos (31,2%) e quadrilhas de São João (27,3%). Observamos o baixo percentual de participação desses adolescentes e jovens em atividades tais como shows (40,12%), dança (32,57%), teatro (24,20%) e cinema (19,10%).

Dessa forma podemos constatar que o lazer, a diversão e as atividades coletivas desses adolescentes

são realizados na própria comunidade – até mesmo em casa – e com os amigos. Por um lado isso reforça o papel do grupo de amigos enquanto base de apoio informal, mas por outro demonstra uma possível restrição no que diz respeito à oferta de opções de lazer a que essas pessoas têm tido acesso. Essa restrição pode ser uma consequência do pouco conhecimento que esses jovens têm acerca de serviços, grupos ou pessoas na comunidade que oferecem atividades culturais ou esportivas, pois constatamos que 49,6% declararam não conhecer nada a esse respeito. Além disso, conhecendo Bom Pastor, sabemos que a escassez de opções de diversão é uma realidade, como em qualquer bairro periférico do país. Não há quadras estruturadas de esportes, não há cinema, não há centros culturais e mesmo os brinquedos públicos e as praças são precárias, estão em péssimo estado de conservação, geralmente danificados pelos próprios moradores. Por outro lado, não é possível desconsiderar que a maioria não dispõe de recursos financeiros para se deslocar da zona oeste para as regiões da cidade que oferecem mais possibilidades de lazer, muitas das quais implicam em gastos altos com transporte e alimentação. Essa situação também foi identificada na pesquisa realizada em Bangu-RJ (Rizzini e Barker, 2001), onde existe uma falta de atividades culturais, com poucos espaços e programas estruturados para a comunidade. Porém, um aspecto importante que precisa ser destacado refere-se ao fato de que tais espaços não podem ser compreendidos apenas como aparatos físicos, mas sim como dispositivos simbólicos de sociabilidade, convívio e de trocas afetivas. A redução ou inexistência desses espaços nas comunidades pobres está relacionada à lógica do capitalismo e das políticas econômicas e sociais, a qual fabrica um individualismo exacerbado, a atomização das relações e a desqualificação da solidariedade.

Portanto, outro aspecto a ser levado em conta na nossa pesquisa é que as atividades de lazer realizadas pelos adolescentes e jovens estão praticamente circunscritas ao espaço doméstico, revelando a falta de iniciativas públicas no sentido de construir espaços sócio-recreativos em comunidades de baixa renda, o que pode ser compreendido como uma estratégia de controle e exclusão de tais moradores, limitando sua circulação na cidade. Nesse sentido, concordamos com Soares (2002) que

a própria direção dos programas e projetos na direção de atividades em espaços fechados, buscando afastar os jovens dos espaços de convívio da rua, oferecendo-lhes uma opção ‘segura’ não toca no foco: é nas ruas que relações que consideramos ‘não favoráveis’ ao desenvolvimento destes jovens estão se gestando (p.112).

Ou seja, a circulação restrita da maioria dos adolescentes e jovens dessa comunidade no circuito casa-trabalho-escola, aponta para o mínimo de oportunidades que são oferecidas a estes jovens, para o esvaziamento dos espaços públicos, para os discursos que ressaltam valores como intimismo, privatismo, individualismo, onde a casa é o espaço privilegiado das trocas afetivas e a família responsável pela reclusão de tais sujeitos, evitando com isso os “riscos” da rua tais como o tráfico, violência e prostituição, dentre outros, e conseqüentemente, da concretização do estigma social de que são potencialmente vulneráveis e perigosos, bandidos ou delinqüentes.

Esse aspecto é importante, pois traz à tona uma questão estudada por Zamora (1999), acerca da sociabilidade e isolamento em localidades como a que estamos investigando. A autora discutindo a expansão do individualismo às camadas pobres, embora de forma e intensidade diferentes das classes abastadas, resalta a disseminação de “práticas privatizantes”, ou seja, de atividades ligadas ao consumo e à busca de privacidade como um valor em si (p. 24). Preocupa-nos as implicações de tal condição nas redes de solidariedade e suporte social, nas bases de apoio existentes na maioria das pequenas comunidades. Observa-se atualmente a expansão e naturalização do discurso que valoriza o fechamento paulatino dos espaços de convivência. Além disso, essa perda ou diminuição de laços sociais vem sendo produzida e vendida como modo de subjetivação por excelência na contemporaneidade. “Essas subjetividades solitárias se aglomeram em lugares resguardados do resto de uma cidade cada vez mais vista como perigosa. Com isso também, atualmente se vende segurança, conforto e privacidade” (p. 30). Concordamos, pois, com Vilhena (2004) que o enfraquecimento dos laços de solidariedade e sociabilidade produzem ressonâncias importantes em termos da produção de uma subjetividade voltada para o intimismo, consumismo e desinteresse político. E isso já pode ser identificado na realidade que pesquisamos.

De acordo com o relatório do Fórum Engenho de Combate à Pobreza (2002), uma característica marcante do bairro de Bom Pastor é a presença de um “individualismo coletivo” (p. 9) relacionado com a forma fragmentária e dispersa pela qual tal localidade foi se constituindo. O bairro é formado de microlocalidades acirrando uma disputa por prestígio, visibilidade e espaço, fragmentando ainda o sentido de pertença. Além dessa dispersão geográfica do bairro, há uma diversidade de “perfis” juvenis afetando diretamente as relações da comunidade, desconstruindo a idéia de uma possível identidade grupal. Ou seja, foi

observado que há fortes sentimentos de rejeição, desprezo e discriminação entre esses jovens que estão inseridos em diferentes territórios dentro do mesmo bairro, que os leva a um isolamento e ao convívio em “grupinhos” que não proporcionam o sentimento de pertencimento. Vivendo, pois, num contexto onde há uma clara sobreposição de exclusões (de classe, de gênero, de etnia e de geração), e portanto, de violência (física, social, psicológica, simbólica), entendemos que tal condição tem impactos importantes na produção de subjetividade e conseqüentemente nas relações de sociabilidade e na circulação desses sujeitos pelos espaços da cidade. Como não concordar com Pelbart (1997), “que a miséria moral, o esvaziamento subjetivo, o abandono, a solidão são indissociáveis produção do desemprego, de guetos, da terceiro-mundialização deliberada, da fabricação de um contingente de imprestáveis, numa espécie de genocídio planejado em nível planetário?” (p. 35). Dessa forma, consideramos que o envolvimento de adolescentes e jovens em atividades esportivas e culturais ainda é muito pequeno, ainda mais se observarmos também sua participação em grupos organizados. Dados do relatório do Fórum (op. cit.) confirmam que na zona oeste como um todo, o bairro de Bom Pastor é o que registra menor índice de participação dos jovens em atividades esportivas e artístico-culturais extracurriculares, bem como em grupos comunitários. Tal situação, como discutida acima, pode ser pensada a partir da constatação de que não há espaços para o exercício destas atividades, ou, quando há, o acesso é restrito e desigualmente distribuído. Entretanto, existem outros vetores que devem ser levados em conta e que dizem respeito à dimensão simbólica do território na construção subjetiva de seus moradores que reflete não só o conjunto das relações sociais, mas produz formas de sociabilidade muito particulares. Concordamos com Guattari (1992) que

o alcance dos espaços construídos vai então bem além de suas estruturas visíveis e funcionais. São essencialmente máquinas, máquinas de sentido, de sensação, máquinas abstratas, máquinas portadoras de universos incorporais que não são, todavia, universais, mas que podem trabalhar tanto no sentido de um esmagamento uniformizador quanto no de uma re-singularização liberadora da subjetividade individual e coletiva (p. 158).

Assim, mais do que um mecanismo de defesa, o individualismo presente entre adolescentes e jovens de Bom Pastor, é um dispositivo eficaz de manutenção das engrenagens que os fazem viver nos “subúrbios da cidadania” (Vilhena, 2004, p. 95).

3. Dificuldades enfrentadas e violência

Quando questionados sobre as dificuldades enfrentadas por eles e suas famílias no cotidiano, 83,44% afirmaram sofrer algum tipo. Os jovens indicaram a dificuldade financeira como sendo a principal (51,59%), seguidos igualmente por desemprego e problemas de saúde (38,85% cada um). Além disso, indicaram problemas na relação pai-filho (24,20%), problemas com a comunidade (23,56%), abuso de álcool na família (20,38%), relacionamento entre os pais (16,56%), violência (10,82%) e uso de drogas (5,73%). Considerando que 60% dos participantes possui renda de até dois salários mínimos é compreensível que eles apontem como principal problema o aspecto financeiro. Deste total, 18,32% não procuraram nenhum tipo de ajuda para enfrentá-las. Os recursos mais procurados pelos jovens para enfrentar suas dificuldades foram: parentes (50,3%) e amigos (32,8).

Em relação à violência intrafamiliar, 78,9% dos jovens declaram ter sofrido algum dano, seja ele físico ou moral. Destes, 29% não buscaram nenhum tipo de auxílio para enfrentar tal situação. Quando houve algum tipo de busca, as bases informais foram as mais recorridas: amigos (69,3%), parentes (55,7%) e vizinhos (27,2%). Dentre os danos físicos, tapa foi o mais citado (33,7%). Dentre os danos morais, destacaram-se gritar e xingar (59,2% e 42%, respectivamente). A violência fora do ambiente familiar ocorreu com 38,22% dos participantes. Dentre os que sofreram, 36,7% dos jovens não buscaram qualquer tipo de ajuda. As bases informais mais uma vez se destacaram em relação à busca de auxílio: amigos (38,3%), parentes (31,6%) e vizinhos (20%). O roubo e a revista policial agressiva foram os danos mais declarados por todos os jovens, com 18,47% e 12,47% respectivamente. Além disso, apontaram para invasão de domicílio (9,55%), ameaças (8,20%), perseguição (7,64%) e agressão (6,36%) como situações vivenciadas na comunidade. No que diz respeito à violência sexual, seis adolescentes declaram tê-la sofrido. Dois deles procuraram os amigos para conversar e apenas um procurou os pais. Os demais não buscaram ajuda com ninguém.

Os dados acima descritos nos permitem constatar que as bases de apoio informal (amigos, parentes e vizinhos) são as mais recorridas na tarefa de enfrentamento dos problemas. Observamos um desconhecimento ou não utilização das bases formais por grande parte da população entrevistada. Além disso, percebemos que muitos destes jovens não procuraram ajuda para enfrentar seus problemas: dificuldades encontradas no cotidiano – 18,32%; violência intrafamiliar – 29% e violência fora do ambiente familiar – 36,7%. Esta falta de utilização pode ocorrer tanto pela

indisponibilidade desses recursos na comunidade, bem como pela falta de confiança ou crédito nas bases formais e informais que se fazem disponíveis.

Pensar a realidade de Bom Pastor e de seus moradores é importante na medida em que se apresenta enquanto um território da cidade que é uma projeção de um contexto social mais amplo, trazendo as marcas das relações sociais, de consumo e produção, de afetos, relações políticas, etc. Assim, é importante o cuidado com a não naturalização dos fenômenos que ocorrem num contexto como o estudado nessa investigação, sendo importante dar visibilidade à intrincada rede que envolve o cotidiano de uma comunidade periférica. Articulando nossos resultados com os do Fórum Engenho de Sonho de Combate à Pobreza (2002), é possível compreender que o cotidiano desses jovens está perpassado por episódios violentos que envolvem moradores entre si e destes com a polícia, gerando um forte sentimento de insegurança, medo e falta de mobilidade física dentro do bairro à noite, especialmente para as mulheres. Além disso, os conflitos que se inscrevem no interior da família são também vividos como violentos, muitos dos quais são decorrentes do consumo de álcool e outras drogas por parte de parentes. Dessa forma, tal relatório aponta que “em algumas famílias, o modelo de conduta social predominante seria o da agressividade e violência” (p. 32). Tal modelo estaria na base de muitos conflitos vividos pelos adolescentes e jovens como identificamos anteriormente. Quanto à violência policial, concordamos com a análise realizada por Zamora (1999) no contexto das favelas cariocas, de que é muito raro haver qualquer expectativa nas comunidades pobres brasileiras

(...) de que a polícia atue como mediadora de conflitos entre os moradores, sendo raro e considerado inútil e até perigoso dar queixa, por associarem a polícia com a corrupção e se considerarem ‘suspeitos’, não por terem cometido crimes, mas só por serem do morro... além disso, a ação da polícia que não se vê devidamente controlada, está estreitamente relacionada ao racismo, aos abusos do poder político e ao controle das classes populares (Zamora, 1999, p. 28).

Com base nisso, entendemos que as dificuldades vivenciadas pelos adolescentes e jovens participantes da pesquisa apontam, em primeiro lugar, para os limites das atuais políticas sociais do país, especificamente daquelas voltadas para a infância e juventude. Os anos 90 foram marcados pela globalização e avanço da política neoliberal que acentuaram as desigualdades sociais e de oportunidade de vida na sociedade brasileira. A violência, como discutida anteriormente, é um complexo fenômeno cultural e político, que gera

altos custos sociais, estando intimamente articulada às condições de vida de uma população. Desigualdade, miséria e exclusão sociais favorecem a escalada da violência de forma generalizada, trazendo consequências visíveis e invisíveis a toda uma sociedade. Infezivelmente, a tônica das políticas públicas tem sido

o abandono do enfoque da universalidade em favor das ações sociais na pobreza extrema, seletividade ou focalização. (...) Esse processo impede que as pessoas saiam do ciclo de pobreza, já que as políticas focalizadas visam atender apenas necessidades de sobrevivência, que não capacitam o indivíduo para o exercício da cidadania. É por isso que se diz que essas políticas funcionam como ‘armadilha da pobreza’ (Sartor, Martins e Silva, 2002, p. 126).

Nesse sentido, consideramos que abordar o tema da violência desconectada do panorama atual das políticas públicas focadas em programas emergenciais, de cunho compensatório, sem articulá-la com a necessidade de implementação de políticas universais de bem-estar, é pouco produtivo. Segundo Mello Jorge (2002), como fenômeno multifacetado, a violência “não é somente problema de segurança, de justiça, de educação ou de saúde, mas representa um verdadeiro mosaico formado por todos esses componentes” (p. 53). Dessa forma, nossos resultados preliminares, em consonância com aqueles apresentados pela equipe Ciespi no Rio de Janeiro, mostram que os apoios informais atingem um número bem maior de adolescentes e jovens do que os apoios formais do bairro, revelando a pouca participação das bases formais no processo de desenvolvimento e educação desses jovens e sua fragilidade como estratégia de enfrentamento à violência.

Outro aspecto a ser destacado diz respeito aos mecanismos que dão sustentação a essa lógica de ordenamento do mundo e das relações sociais. Se num primeiro momento destacamos a importância da implementação de políticas públicas universalizantes e equitativas, no sentido de reverter o quadro de desigualdade social gerador de violência, também entendemos que o que sustenta essa engrenagem da exclusão ou a microfísica da violência é um certo padrão de subjetividade que permeia as relações na contemporaneidade, independente do contexto geográfico, cultural, etc.

Para discutirmos esse modelo, partimos da concepção de Guattari (1992) de que o modo de produção capitalista tem como matéria-prima e alvo a produção de um modo hegemônico de ser sujeito, um tipo de subjetividade que ele denominou capitalística, a qual tem alcance mundial. Trata-se de modo específico de estar no mundo, de sentir, de agir, de pensar, enfim,

são esquemas de sensibilidade, corporalidade e de desejos produzidos por fatores conscientes e inconscientes de ordem molar – relações culturais, familiares, econômicas, etc. e de ordem molecular tais como a mídia, a música, o espaço urbano, dentre outros. Segundo Pereira (1997), “essa subjetividade capitalística se adere desejante a esse modo de vida, às relações valorizadas por esse sistema, às percepções necessárias a ele, à sensibilidade e à sociabilidade correlatas à reprodução do próprio sistema” (p. 43). Ou seja, é um dispositivo de produção, reprodução e cristalização do *establishment*, de forma que nada fica de fora do seu controle. A ordem capitalística funciona no sentido de promover agenciamentos subjetivos, mas sob formas padronizadas, serializadas, homogêneas, e de bloquear a produção de modos de subjetividade singulares, outras sensibilidades, outras sociabilidades, outros desejos, processo este que Guattari (1992) identificou como revoluções moleculares. Portanto, atravessados por um controle e homogeneização cada vez mais crescentes produzimos formas de sociabilidade e de relação com o mundo que operam no sentido da reprodução do mesmo, seja nos aspectos cognitivo, perceptivo, mnêmico, seja afetivo e volitivo (Guattari, 1992). Assim, vê-se que a produção de práticas sociais violentas no conjunto da sociedade é parte de uma engrenagem que reforça as estruturas segregativas, que legitima os discursos da exclusão e as políticas públicas focalizadoras e que mantém tudo dentro da ordem mundial.

De acordo com essa discussão, pensar as bases de apoio Familiares e Comunitárias como estratégia de enfrentamento à violência implica potencializá-las enquanto máquinas produtoras de novos territórios existenciais, de outras práticas sociais, que incitam processos de resistência subjetiva e de enfrentamento dessa ordem capitalística. Para tanto, é preciso partir da desnaturalização da violência, dos modelos familiares, comunitários, institucionais, dos esquemas conhecidos de sentir, de pensar, de viver...

REFERÊNCIAS

- Costello, J., Pickens, L. M. & Fenton, J. (2001). Bases de apoio para crianças e famílias: uma questão de vínculos. In: I. Rizzini (Org.). *Pesquisa em ação: infância, juventude, família e comunidade* (pp. 15-52). Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária.
- Diógenes, G. (1999). Grupos identitários e fragmentação social: A violência como “marca”. In J. V. T. Santos (Org.). *Violências em tempo de globalização* (pp. 164-182). São Paulo: Hucitec.
- Fórum Engenho de Sonhos de Combate à Pobreza (2002). *Diagnóstico interativo da realidade dos jovens no bairro de Bom Pastor*. Mimeo.
- Fraga, P. D. (2002). Violência: forma de dilaceramento do ser social. *Serviço Social & Sociedade*, ano XXIII, 70, 44-58.

- Guattari, F. (1992). *Caosmose – um novo paradigma estético*. São Paulo: Ed. 34.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1996). *Contagem da população*. Brasília, DF.
- Mello Jorge, M. H. P. (1998). Como morrem nossos jovens. In *Comissão Nacional de População e Desenvolvimento: Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas* (pp. 209-292). Brasília, CNPD.
- Mello Jorge, M. H. P. (2002). Violência como problema de saúde pública. In *Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, 52-53.
- Minayo, M. C. S. (2003). A violência dramatiza causas. In M. C. S. Minayo & E. R. Souza. *Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira* (pp. 23-47). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Novo, H. A. (1996). *A dimensão ético-afetiva dos discursos sobre a violência: implicações para o processo de convivência social*. Tese de Doutorado não-publicada, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Organização Mundial da Saúde (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra.
- Pelbart, P. P. (1997). A cidade virtual. In Movimento Instituinte de Belo Horizonte; Engendra; Instituto Felix Guattari (Orgs.). *A cidade vivente: subjetividade, socialidade e meio ambiente na cidade contemporânea*. *Anais* (pp.31-40). Belo Horizonte.
- Passeti, E. (1996). O menor no Brasil republicano. In M. Del Priore (Org.). *História da criança no Brasil* (pp.146-175). São Paulo: Contexto.
- Pereira, W. C. C. (1997). *A cidade: da modernidade a pós-modernidade*. In Movimento Instituinte de Belo Horizonte; Engendra; Instituto Felix Guattari (Orgs.). *A cidade vivente: subjetividade, socialidade e meio ambiente na cidade contemporânea*. *Anais* (pp. 41-46). Belo Horizonte: autor.
- Rizzini, I. (1995). Crianças e menores – do pátrio poder ao pátrio dever: um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: F. Pilotti & I. Rizzini (Orgs.). *A arte de governar crianças* (pp. 99-168). Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora.
- Rizzini, I., Barker, G. & Cassaniga, N. (2000). *Criança não é risco, é oportunidade*. Fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária; Instituto Promundo.
- Rizzini, I. & Barker, G. (Orgs.). (2001). *Crianças, adolescentes e suas bases de apoio: fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária; Instituto Promundo.
- Sartor, C. D., Martins, A. C. & Silva, N. C. R. (2002). As novas configurações das políticas sociais: tendências contemporâneas e mecanismos de resistência e universalização. In I. Rizzini, G. Baker e M. H. Zamora (Orgs.). *O social em questão*, 7, 7, 115-138.
- Silva, H. N. C. (1997). *A representação social de jovens transgressores constituída pela imprensa escrita de Natal*. Monografia de especialização não publicada, Departamento de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, RN.
- Soares, A. B. (2002). “Eu conto mais é com os colegas lá da rua”: comunidade e apropriação do espaço urbano por jovens cariocas. In I. Rizzini, G. Baker e M. H. Zamora (Orgs.). *O social em questão*, 7, 7, 99-114.
- Tavares dos Santos, J. V. (2002). Microfísica da violência, uma questão social mundial. In: *Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, 22-24.
- Vilhena, J. (2004). Ta tudo dominado? Cidade, segregação e subjetividade. In J. Vilhena (Org.). *A clínica na universidade: teoria e prática* (pp. 95-112). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola.
- Zaluar, A. (2000). A globalização do crime e os limites da explicação local In G.Velho & M. Alvito (Orgs.). *Cidadania e violência* (pp. 47-69). Rio de Janeiro: FGV-UFRJ.
- Zamora, M. H. (1999). *Textura áspera. Confinamento, sociabilidade e violência nas favelas cariocas*. Tese de Doutorado não-publicada, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ.
- Zamora, M. H. & Silva, N. C. R. (Orgs.) (2002). *Vozes e experiências de uma favela: pesquisa e atuação em parcerias entre universidade, ONG, comunidade e empresa*. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária.

Recebido em: 14/06/2004. Aceito em: 31/03/2005.

Autores:

Magda Dimenstein – Professora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFRN.

Emanoel Batista de Lima – Aluno de Mestrado do PpgPsi, UFRN.

Andreína Moura – Aluna de Graduação em Psicologia. Bolsista de Iniciação Científica, UFRN.

Monique Brito – Aluna de Graduação em Psicologia. Bolsista de Iniciação Científica, UFRN.

Rayanne Cardoso – Aluna de Graduação em Psicologia. Bolsista de Iniciação Científica, UFRN.

Vanessa Medeiros – Aluna de Graduação em Psicologia. Bolsista de Iniciação Científica, UFRN.

Endereço para correspondência:

MAGDA DIMENSTEIN

Av. Praia de Genipabu, 2100/1402-N – Ponta Negra

CEP 59094-010, Natal, RN, Brasil

E-mail: magdad@uol.com.br; magda@ufnet.br